

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	<b>Projeto de Lei</b>
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<a href="#">526/XV/1.ª</a>
Proponente/s:	Deputados do Grupo Parlamentar do Chega (CH)
Título:	Prevê a participação de membros do Governo competentes em razão da matéria, nos debates sobre matérias setoriais em Comissão de Assuntos Europeus
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do artigo 167.º da Constituição e n.º 2 do artigo 120.º do Regimento)?	NAO
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa, (n.º 4 do artigo 167.º da Constituição e n.º 3 do artigo 120.º do Regimento)?	SIM
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (artigo 142.º do Regimento, para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa foi agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	SIM. Os proponentes solicitam o agendamento da iniciativa para a <b>reunião plenária do próximo dia 17 de fevereiro</b> , por arrastamento com o Projeto de Lei n.º 354/XV/1.ª(IL).
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	<b>Comissão de Assuntos Europeus (4.ª)</b>

**Observação:** A iniciativa altera a [Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto](#), «Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia»

**Conclusão:** A apresentação desta iniciativa **parece cumprir** os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 6 de fevereiro de 2023

A assessora parlamentar,

Lurdes Sauane